

**Brasília-DF, 18 de junho de 2009.**

Foto Blog do servidor-correio Brasiliense



Perto de 8 mil servidores compareceram ao ato público realizado em Brasília em 17.06 com caravanas de vários estados contra o PL 92 .

## **Com greve, atendimento do INSS é parcial em 16 Estados e Distrito Federal**

da Folha Online - 17/06/2009 - 10h07

O representante do comando nacional de greve da Fenasps (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social), Moacir Lopes, disse que a paralisação dos servidores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) continua por tempo indeterminado nesta quarta-feira. Os braços estão cruzados em 16 Estados e no Distrito Federal, mas segundo o Ministério da Previdência, a adesão ao movimento é baixa.

Quem tinha um atendimento agendado em um posto com greve deve ter o pedido remarcado no INSS. Apesar de os médicos peritos não estarem em greve, o atendimento foi prejudicado ou pelo fechamento da unidade ou pela falta de funcionários para fazer o primeiro atendimento.

A greve ocorre apesar de o STJ (Superior Tribunal de Justiça) ter concedido liminar determinando a suspensão do movimento --na decisão, se a greve for mantida, a Fenasps receberá multa diária de R\$ 100 mil. A Fenasps diz que já deu entrada em recurso contra a decisão.

Segundo a Fenasps, que não tem os percentuais de adesão à greve em cada região, os Estados que aderiram à greve respondem por 90% do total de atendimentos.

O último balanço nacional, feito pelo INSS até as 19h30 de ontem, indica uma adesão baixa à greve. Das 964 agências consultadas pelo país (ao todo, são 1.110 unidades), 852 tiveram funcionamento normal, cem funcionaram parcialmente e 12 fecharam. O ministério informou ainda que cerca de 2.000 funcionários foram identificados em greve --o Brasil tem hoje entre 20 mil e 25 mil servidores na Previdência.

A Previdência informou que as agências atenderam ontem 176.505 segurados, o que corresponde a, aproximadamente, 90% do previsto. Segundo o ministério, este número pode aumentar, pois alguns dados são processados durante a madrugada.

Em São Paulo, segundo o Sinsprev-SP (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência), das 48 agências da capital, 27 aderiram parcial ou integralmente à paralisação. No interior, das 132 agências, outras 27 teriam aderido --as agências paulistas respondem por 60% dos atendimentos do INSS em todo o Brasil, segundo o sindicato.

Os dados da assessoria da Previdência dão conta de que, em São Paulo, das 48 agências, 15 pararam parcialmente, realizando perícias agendadas, e apenas quatro fecharam. No interior, a adesão foi menor ainda: das 132 agências, nove pararam parcialmente e apenas uma fechou as portas.

A paralisação já atingiu os Estados de Santa Catarina, São Paulo, do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Piauí, de Minas Gerais, do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Ceará, Pará, da Bahia, de Mato Grosso do Sul, da Paraíba, de Sergipe, do Amazonas e o Distrito Federal. Em São Paulo, Rio e Brasília, a maioria dos postos funciona para atender perícias já agendadas.

#### Reivindicações

A principal reivindicação dos servidores é a manutenção da jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem diminuição dos salários --a jornada deveria subir para 40 horas em junho. Eles dizem que a jornada de 30 horas foi reconhecida ao longo dos últimos 25 anos por meio de acordos de greve, decretos e instruções internas.

Cobram ainda melhores condições de trabalho, por meio da contratação de 20 mil trabalhadores por concurso público, reestruturação da carreira, reajuste do tíquete-refeição e manutenção da paridade entre ativos e aposentados.

Segundo a Fenasps, o governo descumpriu acordo assinado com a categoria ao editar a Medida Provisória 441 impondo a jornada semanal de 40 horas, em vez de discutir o plano de carreira e regulamentar a jornada de trabalho no INSS por meio de um grupo de trabalho que seria instalado a partir de agosto de 2008.

## Reajuste dos servidores é ameaçado pela arrecadação

***Caixa do governo está R\$ 63 bilhões menor que o do ano passado. Ministro do Planejamento admite cortar aumentos de funcionários***

A vertiginosa queda na arrecadação de tributos obrigará o governo a fazer novos cortes no Orçamento deste ano. Por causa da agressiva política de desonerações fiscais — autorizada pela União desde o agravamento da crise econômica mundial — e do aumento dos gastos com funcionários, o caixa federal está R\$ 63 bilhões menos robusto do que em 2008 no acumulado dos cinco primeiros meses. O rearranjo nas contas públicas ainda depende do aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas a decisão de compensar as perdas e equilibrar as despesas está tomada.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, defendeu ontem ajustes, disse que as medidas deverão ser anunciadas na próxima semana e reafirmou que todas as hipóteses estão em análise, inclusive aquela que prevê o adiamento dos aumentos autorizados ao funcionalismo. “É uma queda forte, mas vamos analisar melhor antes de dizer o que vamos fazer. Não temos decisão ainda. Tudo está em análise”, disse.

Bernardo explicou que quando concedeu incentivos e determinou a redução de impostos que beneficiou alguns setores produtivos o governo já havia contabilizado uma série de frustrações de receita. O problema é que, conforme o ministro, o recuo acabou sendo mais acentuado do que o previsto inicialmente porque o comportamento da economia não respondeu à altura. Segundo ele, o desafio da equipe econômica agora é delimitar qual é o teto dos impactos causados pelos benefícios tributários. “Em algum momento teremos de falar que o limite é esse, não sei, mas esse limite está bem próximo”, completou.

A segunda parcela de reajustes está programada para ser paga em julho. Cerca de 1,8 milhão de servidores do Executivo aguardam por melhorias nos contracheques que variam de 30% a 150%, dependendo do setor. O impacto orçamentário estimado na folha de pessoal neste ano é de R\$ 29 bilhões, custo que aumentará em 2010 e 2011 quando os reajustes terão efeitos integrais. Em maio, Paulo Bernardo tinha dito que estava nas contas do governo autorizar a segunda parcela do aumento. No início do ano a área econômica contingenciou R\$ 21,6 bilhões do Orçamento 2009.

#### Reação

As declarações do ministro Paulo Bernardo repercutiram imediatamente entre os servidores e coincidiram com um dia de protesto organizado na Esplanada dos Ministérios por sindicatos ligados ao funcionalismo. Logo pela manhã, representantes de várias categorias do Executivo marcharam contra o possível adiamento dos reajustes e pela derrubada do Projeto de Lei 92/07 que prevê a criação de fundações estatais e está prestes a ser votado na Câmara dos Deputados. O protesto organizado ontem reuniu cerca de 8 mil pessoas, conforme estimativas das entidades sindicais. Já a Polícia Militar do Distrito Federal calcula que aproximadamente 3 mil servidores participaram da passeata.

Em meio a tantas incertezas, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) realiza hoje plenária nacional para decidir que estratégia será adotada nas próximas semanas. Josemilton Costa, secretário-geral da entidade, disse que a tendência é aprovar um indicativo de greve geral e

convocar os trabalhadores a partir da primeira semana de julho. “Estamos nos preparando para as mobilizações. Vamos votar o indicativo de greve. Vamos fazer o que sabemos: colocar o pé na rua”, justificou. Ontem à noite a cúpula da Condsef participou de uma reunião na Secretaria de Recursos Humanos (SRH) para discutir pontos dos acordos firmados com as categorias que também correm riscos de não serem cumpridos na íntegra.

## **GREVE NO INSS**

*No segundo dia de greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a federação que representa os funcionários (Fenasps) e o Ministério da Previdência divergiram quanto aos índices de adesão ao protesto levantado contra o aumento da jornada semanal de trabalho de 30 horas para 40 horas e em favor da incorporação de uma gratificação nos salários dos trabalhadores. Pelo levantamento do governo, 96% das 1.110 agências espalhadas pelo país abriram as portas ontem normal ou parcialmente. As unidades mais atingidas pela paralisação, de acordo com o balanço do ministério, foram as do Rio de Janeiro e de Salvador. A entidade ligada aos servidores, no entanto, contestou os dados e, embora não tenha divulgado estatísticas, informou que a greve avançou nos 16 estados e no Distrito Federal. De acordo com a Fenasps, os empregados do INSS estão sob “repressão e assédio moral”, tendo de lidar “com ameaças diretas de punição que vão, além do corte de ponto os descontos dos salários”. (LP)*

### **Paralisação dos servidores do INSS já afeta atendimento à população**

Atendimentos que estavam agendados para as agências da João Negrão, Visconde de Guarapuava e Cândido Lopes tiveram que ser remarcados

Fernanda Leitóles – GAZETA DO POVO

A greve dos servidores federais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já afeta o atendimento à população, segundo a assessoria de comunicação do órgão em Curitiba. Dessa forma, atendimentos que estavam agendados para as agências da João Negrão, Visconde de Guarapuava e Cândido Lopes tiveram que ser remarcados nesta quarta-feira (17) e serão feitos na primeira data disponível.

Já os segurados que têm perícias médicas marcadas, devem comparecer. Os médicos não estão em greve e o serviço está ocorrendo normalmente. As pessoas que precisarem agendar consultas, devem ligar para o telefone 135.

Os números sobre a adesão à greve são conflitantes. Dados oficiais do INSS de Curitiba dão conta de que cerca de 10% dos 550 servidores estão em greve na capital. Em todo o estado o número não passaria de 63, visto que apenas alguns servidores da agência de São José dos Pinhais e da Agência Central de Londrina teriam aderido à paralisação.

Já o Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência Social e Ação Social no estado do Paraná (SindiPrevsPR) afirmou que 60% dos servidores estão em greve – 10% a mais do que no início do movimento, que começou na segunda-feira (15). De acordo com a presidente do SindiPrevsPR, Jaqueline Mendes Gusmão, a mobilização deve aumentar ainda mais na quinta-feira (18), com a entrada de servidores de Maringá no movimento. “A cada dia a mobilização aumenta e agora faremos outras reuniões e convidaremos os servidores do INSS do interior do estado para entrarem na greve”, afirmou.

Liminar

Ainda não houve decisão sobre o recurso do sindicato à liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proibia a greve e determinava multa de R\$ 100 mil ao dia, caso a paralisação continuasse.

### **Atendimento prejudicado**

Apesar da greve, INSS mantém orientação para usuário ir à agência

Célio Yano

Embora a greve dos servidores federais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) esteja prejudicando o atendimento à população, a gerência executiva do órgão em Curitiba mantém nesta quinta-feira (18) a orientação para os segurados que não deixem de ir às agências. De acordo com a assessoria de imprensa regional da Previdência Social, a paralisação atinge apenas seis das 55 agências de atendimento ao público do estado, e somente de forma parcial.

O órgão alerta que os segurados podem perder a data de atendimentos ou perícias médicas caso não compareçam às agências. Segundo o INSS, alguns pedidos de auxílio por doença ou acidente estão tendo de ser reagendados. As perícias, por outro lado, estão totalmente normalizadas, já que os médicos

não estão em greve. Para quem precisar apenas tirar dúvidas ou obter orientações, a Previdência recomenda a utilização do número de telefone 135.

Tanto o INSS quanto o Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência Social e Ação Social no estado do Paraná (SindiPrevsPR) não tinham, até a manhã desta quinta, um balanço de quantos atendimentos tem sido feitos desde que a greve teve início, na terça-feira (16), mas ambas as entidades concordam que há reflexos aos usuários.

Na quarta-feira (17), segundo o SindPrevsPR, as unidades que tiveram paralisação parcial dos servidores foram as agências João Negrão, Hauer, Cândido Lopes e Visconde de Guarapuava, em Curitiba; Central, de Londrina; e a agência de São José dos Pinhais.

O SindPrevsPR garante que não haverá fechamento de agência ou suspensão total de atendimentos no Paraná, mas a diretora do sindicato Jaqueline Mendes Gusmão admite que há prejuízos para a população, o que considera “um mal necessário”. “Houve grande formação de filas ontem [quarta] na agência da Rua Cândido Lopes, mas ainda consideramos que a população pode continuar buscando atendimento”, diz.

Dados oficiais do INSS de Curitiba dão conta de que cerca de 10% dos 550 servidores estão em greve na capital. Já o sindicato afirma que 60% dos servidores estão em greve, nas representações regionais de Curitiba e Londrina. Na manhã desta quinta-feira (18), os servidores de Maringá se reúnem em assembleia para decidir se também aderem à paralisação.

#### Reivindicações

As principais reivindicações dos servidores são a elaboração de um plano de carreira e a realização de concurso público para a contratação de novos funcionários. Na avaliação do sindicato, um aumento do quadro atual de servidores é necessário para melhorar as condições de trabalho e desfazer o aumento da jornada de 30 para 40 horas semanais.

A greve em todo o país ocorre apesar de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter concedido, na semana passada, uma liminar determinando a suspensão do movimento. Na decisão, se a greve for mantida, a Fenasps receberá multa diária de R\$ 100 mil. Segundo o sindicato dos servidores, a entidade ainda aguarda uma decisão do STJ sobre um recurso ingressado na manhã de terça-feira com o pedido de anulação da liminar.

#### CPMI

Até a manhã desta quinta-feira já haviam sido recolhidas, em Curitiba, 250 assinaturas no abaixo-assinado que pede a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), para investigar as contas da Previdência Social, segundo o sindicato. “Ao longo do dia, um grupo de diretores do sindicato estará na Praça Santos Andrade e na Boca Maldita, no Centro de Curitiba, para recolher mais assinaturas da população”, afirma Jaqueline.

## **Para o governo, divisão dos trabalhadores é necessária para acabar com a greve no INSS**

DF EM RESENHA – A greve no INSS está sendo monitorada pela direção do INSS, mas com supervisão direta do ministério do Planejamento que aposta na tática de dividir os trabalhadores para acabar com a paralisação. Essa divisão viria através da intranet com notícias possibilitando o pagamento de diárias para quem quisesse substituir os grevistas em determinado município e também com a pressão exercida pelas chefias junto a seus subordinados. O governo ainda festeja a liminar concedida pelo STJ, mas admite que, caso ela seja cassada haverá maior adesão à greve e aí a tática deve mudar para que novos servidores não sejam arrebataados pelo movimento

## **Reajuste dos servidores é ameaçado pela arrecadação**

Luciano Pires e Deco Bancillon – Correio Braziliense

A vertiginosa queda na arrecadação de tributos obrigará o governo a fazer novos cortes no Orçamento deste ano. Por causa da agressiva política de desonerações fiscais — autorizada pela União desde o agravamento da crise econômica mundial — e do aumento dos gastos com funcionários, o caixa federal está R\$ 63 bilhões menos robusto do que em 2008 no acumulado dos cinco primeiros meses. O rearranjo nas contas públicas ainda depende do aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas a decisão de compensar as perdas e equilibrar as despesas está tomada. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, defendeu ontem ajustes, disse que as medidas deverão ser anunciadas na próxima semana e reafirmou que todas as hipóteses estão em análise, inclusive aquela que prevê o adiamento dos aumentos autorizados ao funcionalismo. “É uma queda forte, mas vamos analisar melhor antes de dizer o que vamos fazer. Não temos decisão ainda. Tudo está em análise”, disse.

Bernardo explicou que quando concedeu incentivos e determinou a redução de impostos que beneficiou alguns setores produtivos o governo já havia contabilizado uma série de frustrações de receita. O problema é que, conforme o ministro, o recuo acabou sendo mais acentuado do que o previsto inicialmente porque o comportamento da economia não respondeu à altura. Segundo ele, o desafio da equipe econômica agora é delimitar qual é o teto dos impactos causados pelos benefícios tributários. “Em algum momento teremos de falar que o limite é esse, não sei, mas esse limite está bem próximo”, completou.

A segunda parcela de reajustes está programada para ser paga em julho. Cerca de 1,8 milhão de servidores do Executivo aguardam por melhorias nos contracheques que variam de 30% a 150%, dependendo do setor. O impacto orçamentário estimado na folha de pessoal neste ano é de R\$ 29 bilhões, custo que aumentará em 2010 e 2011 quando os reajustes terão efeitos integrais. Em maio, Paulo Bernardo tinha dito que estava nas contas do governo autorizar a segunda parcela do aumento. No início do ano a área econômica contingenciou R\$ 21,6 bilhões do Orçamento 2009.

#### Reação

As declarações do ministro Paulo Bernardo repercutiram imediatamente entre os servidores e coincidiram com um dia de protesto organizado na Esplanada dos Ministérios por sindicatos ligados ao funcionalismo. Logo pela manhã, representantes de várias categorias do Executivo marcharam contra o possível adiamento dos reajustes e pela derrubada do Projeto de Lei 92/07 que prevê a criação de fundações estatais e está prestes a ser votado na Câmara dos Deputados. O protesto organizado ontem reuniu cerca de 8 mil pessoas, conforme estimativas das entidades sindicais. Já a Polícia Militar do Distrito Federal calcula que aproximadamente 3 mil servidores participaram da passeata. Em meio a tantas incertezas, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) realiza hoje plenária nacional para decidir que estratégia será adotada nas próximas semanas. Josemilton Costa, secretário-geral da entidade, disse que a tendência é aprovar um indicativo de greve geral e convocar os trabalhadores a partir da primeira semana de julho. “Estamos nos preparando para as mobilizações. Vamos votar o indicativo de greve. Vamos fazer o que sabemos: colocar o pé na rua”, justificou. Ontem à noite a cúpula da Condsef participou de uma reunião na Secretaria de Recursos Humanos (SRH) para discutir pontos dos acordos firmados com as categorias que também correm riscos de não serem cumpridos na íntegra.

## FENASPS